

O PROCESSO DE MILITARIZAÇÃO ESCOLAR E SEU IMPACTO NA EDUCAÇÃO DOS COLÉGIOS PÚBLICOS PARANAENSES

Emanuelle Cardoso dos Santos (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Fagner Carniel (Orientador).
E-mail: fcarniel@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento: Educação /Sociologia da Educação

Palavras-chave: Educação; Militarização escolar; Paraná.

RESUMO

O presente estudo analisou o processo de militarização nas escolas públicas do Paraná, investigando seus fundamentos políticos e pedagógicos. Para isso, adotou-se uma abordagem qualitativa, que combinou revisão de literatura, análise documental, observações e relatos práticos em colégios cívico-militares paranaenses. Os resultados evidenciaram que o modelo cívico-militar se sustenta em um discurso pautado na rigidez, na hierarquização e na obediência, fundamentado em ideais neoconservadores e neoliberais, com a promessa de melhorar o desempenho estudantil e reduzir a violência escolar. Contudo, a bibliografia consultada revelou que tais promessas permanecem no plano teórico, uma vez que não há evidências concretas que comprovem avanços legítimos. Conclui-se, portanto, que a militarização, além de poder gerar prejuízos à saúde mental e constrangimento aos estudantes, configura-se principalmente como uma estratégia discursiva neoconservadora e neoliberal, voltada à redução da autonomia docente e ao enfraquecimento do pensamento crítico dos alunos.

INTRODUÇÃO

O processo de militarização dos colégios públicos brasileiros tem ganhado destaque no debate educacional, especialmente diante da ascensão do neoconservadorismo e das disputas sobre o papel social da escola. Embora os colégios militares existam desde o século XIX, a expansão recente dos projetos cívico-militares desloca-se de sua função original — atendimento a filhos de militares — para se consolidar como estratégia de controle e reorganização escolar. Sustentado por discursos de redução da violência e melhoria acadêmica, esse modelo incorpora hierarquias e valores neoconservadores e neoliberais, afastando-se da escola como espaço de acolhimento, democracia e desenvolvimento integral.

No Paraná, o processo se apresenta de forma particular, com o estado funcionando como laboratório para os colégios cívico-militares. Segundo Romualdo da Silva (2023), a militarização atua como “pedagogia do quartel”, formando corpos

disciplinados e limitando o pensamento crítico. Assim, o modelo militar redefine a educação ao priorizar coerção e ordem em detrimento da autonomia, da cidadania e da reflexão crítica.

Diante do crescimento desses modelos no Paraná, esta pesquisa objetiva analisar a militarização dos colégios públicos, seus fundamentos políticos e pedagógicos e os impactos sobre os estudantes. Trata-se de estudo qualitativo, exploratório e analítico, delimitado territorialmente ao Paraná e fundamentado em obras de teóricos da área, documentos oficiais e relatos possibilitados pelo contato com a escola através da disciplina de estágio, durante a graduação.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa adotou abordagem qualitativa, com ênfase em revisão de literatura e análise documental, articuladas às experiências da graduação em Ciências Sociais. Inicialmente, realizou-se revisão sistemática de trabalhos acadêmicos em repositórios como SciELO e Catálogo de Teses da CAPES, com foco na militarização da educação e na implementação dos Colégios Cívico-Militares (CCM) no Paraná a partir de 2020, analisando referenciais teóricos, metodologias e contribuições ao debate educacional.

Em seguida, analisou-se a legislação federal e estadual que regulamenta a educação cívico-militar, incluindo o Decreto nº 10.004/2019 (PECIM), portarias do MEC entre 2019 e 2022, e a Lei Estadual nº 21.327/2022. Apesar da revogação do PECIM pelo Decreto nº 11.611/2023, a análise permitiu compreender os princípios pedagógicos e administrativos do modelo e sua relação com uma educação democrática e inclusiva. A revisão bibliográfica e a análise documental foram complementadas por dados de desempenho escolar, como Prova Brasil e IDEB, visando avaliar criticamente a eficácia dos colégios cívico-militares, considerando o viés das promessas educacionais.

Além disso, estágios realizados em escolas da rede pública de Maringá, incluindo instituições cívico-militares, permitiram observar práticas escolares e coletar relatos informais de professores e estudantes sobre disciplina, gestão e ambiente pedagógico, enriquecendo o diálogo entre teoria e realidade empírica. Assim, a metodologia integrou revisão sistemática da literatura, análise documental e experiências práticas, oferecendo um quadro abrangente e crítico sobre a militarização escolar no Paraná.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise realizada indica que o processo de militarização das escolas públicas no Paraná está diretamente ligado a estratégias políticas que priorizam a disciplina e a hierarquia em detrimento da autonomia e do pensamento crítico dos estudantes. Ao contrário do que os projetos e modelos prometem, não há dados que apresentem uma superioridade dos colégios cívico-militares em relação aos demais, demonstrando que há uma inconsistência entre os discursos oficiais e a realidade dos cívico-militares. Conforme apontam Alves e Toschi (2019), as promessas de

melhoria do desempenho escolar e de redução da violência frequentemente servem mais como justificativa política para a expansão de colégios cívico-militares do que como resultado de evidências pedagógicas consistentes.

Os dados documentais, como o Decreto nº 11.611/2023, que revogou o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) e manteve a estrutura dos colégios cívico-militares, indicam que, mesmo com alterações formais, os elementos centrais do modelo — disciplina rígida, hierarquia e controle — permanecem (BRASIL, 2023). A APP Sindicato (2023a), alerta para efeitos negativos que essa repressão tem sobre estudantes, como estresse, ansiedade e exclusão, evidenciando mais uma vez que, ao focar em um sistema que é marcado pela ideia de que controlar e vigiar é necessário, a violência não deixa de se fazer presente, mas na verdade, se intensifica de formas distintas, como o desrespeito à individualidade de cada aluno.

Os indicadores de desempenho escolar indicam que a militarização não garante melhores resultados; levantamentos do APP Sindicato (2025a) mostram que nenhum colégio cívico-militar figura entre os melhores do Paraná no ENEM. Esse cenário reflete a atuação do neoliberalismo e do conservadorismo na política educacional, legitimando disciplina rígida e valores hierárquicos em detrimento da autonomia e do pensamento crítico. Em síntese, documentos oficiais, relatórios sindicais e estudos acadêmicos evidenciam que o modelo cívico-militar prioriza controle social e obediência, comprometendo a formação integral, a cidadania e a reflexão crítica dos estudantes.

CONCLUSÕES

O presente estudo mostrou que a militarização das escolas públicas no Paraná vai além de uma simples organização administrativa ou pedagógica, configurando-se como um projeto político que combina valores conservadores e lógicas neoliberais. Apesar das promessas de maior segurança e de melhores resultados acadêmicos, os indicadores e levantamentos disponíveis indicam que os colégios cívico-militares não apresentam desempenho superior às demais escolas, enquanto reforçam formas de controle e vigilância sobre os estudantes.

O modelo cívico-militar, ao priorizar disciplina rígida e hierarquia, limita a autonomia, o pensamento crítico e a formação cidadã, deslocando o foco da educação do desenvolvimento integral dos jovens para a obediência e a manutenção da ordem. Esses achados reforçam a necessidade de debates críticos sobre os rumos da educação pública no Paraná e no Brasil, evidenciando a importância de preservar a escola como um espaço democrático, inclusivo e capaz de promover o crescimento intelectual, social e político dos estudantes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Universidade Estadual de Maringá (UEM) pelo espaço de formação e pela infraestrutura disponibilizada para a produção da pesquisa. Ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBIC) e ao Conselho

Nacional Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento e a pesquisa. Expresso, em conclusão, minha profunda gratidão ao meu orientador Prof. Dr. Fagner Carniel por todo apoio e incentivo, tornando o percurso acadêmico não só enriquecedor, mas libertador e gratificante.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. F.; TOSCHI, M. S. A militarização das escolas públicas: uma análise a partir das pesquisas da área de educação no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. l.], v. 35, n. 3, p. 633, 2019. DOI: 10.21573/vol35n32019.96283. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/96283>. Acesso em: 26 ago. 2025.

APP SINDICATO. **Escola Não É Quartel**: 7 motivos para dizer não às escolas cívico-militares. Curitiba: APP Sindicato, 16 nov. 2023. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/escola-nao-e-quartel-7-motivos-para-dizer-nao-as-escolas-civico-militares/>. Acesso em: 25 ago. 2025.

APP SINDICATO. **Lista da Seed com melhores colégios públicos do Paraná no ENEM não tem nenhum cívico-militar**. Curitiba: APP Sindicato, 14 ago. 2025a. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/lista-da-seed-com-melhores-colegios-publicos-do-parana-no-enem-nao-tem-nenhum-civico-militar/>. Acesso em: 25 ago. 2025.

APP SINDICATO. **ONU recomenda o fim e a proibição das escolas militarizadas no Brasil**. Curitiba: APP Sindicato, 2025b. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/onu-recomenda-o-fim-e-a-proibicao-das-escolas-militarizadas-no-brasil/>. Acesso em: 21 ago. 2025.

BRASIL. Decreto nº 11.611, de 19 de julho de 2023. Revoga o Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, que institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, ano 161, nº 137, p. 3, 21 jul. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11611.htm. Acesso em: 12 mar. 2025.

ROMUALDO DA SILVA, J. Pedagogia do quartel: formação de corpos dóceis nos colégios cívico-militares no estado do Paraná. **Retratos da Escola**, v. 17, n. 37, p. 83–101, 2023. DOI: 10.22420/rde.v17i37.1662. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1662>. Acesso em: 26 ago. 2025.